

## Deputados fiscalizam demarcação de terras indígenas

Categories : [Salada Verde](#)

Desde o final do ano passado, o vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), entrou com pedido para criar uma comissão especial dentro da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, que fiscalizará a Funai e os procedimentos utilizados pelo órgão para demarcar terras indígenas. A Proposta de Fiscalização e Controle foi oficializada no dia 30 de maio desse ano e já começou a fazer reuniões e audiências para levantar denúncias contra a Funai.

Na justificativa da Proposta de Fiscalização e Controle – [PFC 61/11](#), o deputado afirma que “A queixa generalizada [sobre a atuação da Funai] é de que nunca houve, nem há critérios seguros para a demarcação desses territórios, ficando a sociedade à mercê do entendimento pessoal do antropólogo contratado ou indicado para elaborar o laudo antropológico”, afirma. [Segundo nota publicada](#) no site oficial do deputado Heinze, há denúncias sobre o uso de pareceres antropológicos forjados e documentos manipulados.

O deputado Lira Maia (DEM-PA) [é o relator](#) da Proposta de Fiscalização e Controle e tem como função coletar denúncias e apresentar, ao final das investigações, um relatório que será apreciado pela Comissão de Agricultura. Caso encontre alguma irregularidade, o relatório deverá ser encaminhado ao Ministério Público, ou para a Polícia Federal ou Tribunais de Contas.

### Demarcação de terras indígenas nas mãos do Congresso

Além de fiscalizar a Funai, a banca ruralista priorizou na sua agenda desse ano a votação e sanção do Novo Código Florestal e o andamento da Proposta de Emenda Constitucional nº215, que transfere para o Congresso Nacional a competência de demarcar novas terras indígenas e ratificar as demarcações existentes. Esta PEC também dá ao legislativo o poder de criar novas unidades de conservação e terras quilombolas.

Em março, mesmo sob protesto das lideranças indígenas, a PEC 215 [foi aprovada na Comissão de Constituição](#) e Justiça da Câmara.

Pela Constituição, antes de seguir para votação em plenário, a Proposta de Emenda Constitucional precisa ser analisada por uma comissão especial. O deputado Homero Pereira (PSD-MT), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), afirmou que [irá pedir para o presidente da Câmara](#), Marco Maia (PT-RS) convoque essa comissão. A criação dela é o que falta para que a PEC seja votada no plenário. Mesmo assim, o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS) se apressou e [encaminhou pedido para que a PEC 215](#) entre na pauta da de votação do Plenário

da Câmara dos Deputados.

**Leia Também**

[PEC das terras indígenas aprovada ontem também atinge UCs](#)

[Senado votará PEC que limita demarcação de terras indígenas](#)

[Mato Grosso incentiva ocupação de terra indígena](#)

-